

Número 3, Ano 2. Volume 2, pág. 160-167, Humaitá, AM, jul-dez 2009

EDUCAÇÃO BRASILEIRA E PEDAGOGIA TRADICIONAL: IMPEDITIVOS PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Magaly Briceno Lopes¹
Regino Lopes
da Silva²
Elizângela Leão Santana³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo realizar um breve histórico acerca do sistema educacional brasileiro, que se demonstrou falho e ineficiente, utilizando principalmente a pedagogia tradicional enquanto prática de ensino, embora a LDB adote pluralismo acerca de concepções pedagógicas. Desde os tempos coloniais até meados da década de 1970, a educação era acessível principalmente à elite, deixando a maior parte da população brasileira, menos favorecida, excluída do processo educacional. Tal contexto eliminou possibilidade de desenvolvimento, fazendo perpetuar o ciclo vicioso da pobreza, no qual 58% dos filhos possuem a mesma renda que os pais ao se tornarem adultos (PNUD, 2010). Apesar de ter apresentado avanços a partir do final da década de 1980, com a aprovação da constituinte que universalizou o acesso ao ensino, tornando-a direito público subjetivo e inalienável, a educação brasileira ainda requer mais vontade política para a formação, de fato, de cidadãos críticos e participantes do processo histórico. Embora a graduação de professores já seja uma realidade latente no Brasil, é complicada a aplicação de uma pedagogia crítica com fatores que impedem tal processo como livros didáticos que pouco levam a reflexão dos discentes, priorizando os conteúdos voltados para processos como vestibular, Enem, concursos públicos, que levam ao crescimento profissional, mais que requerem apenas o “decoreba”. A melhor gestão da verba referente ao Fundeb, que atualmente está em R\$ 1.415,97 por aluno pode contribuir para a melhoria da qualidade de ensino, bem como a maior participação dos pais no processo educacional do filho.

Palavras-chave: Educação brasileira. Pedagogia tradicional. Pedagogia crítica.

BRAZILIAN EDUCATION AND TRADITIONAL PEDAGOGY: IMPEDIMENTS FOR THE CITIZEN FORMATION

ABSTRACT: This article aims to conduct a brief history about the Brazilian educational system, which has been shown to be flawed and inefficient, mainly using traditional pedagogy as a teaching practice, although the LDB adopt pluralism of conceptions about teaching. From colonial times until the mid-1970s, education was accessible mainly to the elite, leaving most of the population, specially the underprivileged, excluded from the educational process. This context has eliminated the possibility of development, perpetuating the vicious cycle of poverty, in which 58% of children will have the same income as their parents when they

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UFAM. Lic. em Geografia. Bolsista FAPEAM, POSGRAD.

² Acadêmico de Licenciatura Plena em Matemática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UFAM. Economista - UFAM. Bolsista FAPEAM, POSGRAD.

become adults (UNDP, 2010). Despite the advances made since the late 1980's, with the approval of the constituent that universalized access to education, making it a subjective and inalienable public right, the Brazilian educational system still requires more political will to form, in fact, critical citizens and participants in the historical process. Although the teacher formation in Brazilian universities is already a latent reality in the country, it is still difficult to apply a critical pedagogy due to factors that hinder this process, such as textbooks that lead the students to very little reflection, emphasizing the content-oriented processes such as college admissions exams, ENEM tests, public contests, which lead to professional growth, but requires only memorization. A better fund management – as that of FUNDEB, which is currently at R\$ 1,415.97 per student – can contribute to improve the quality of education as well as a further involvement of parents in the educational process of the child.

Keywords:: Brazilian education. Traditional pedagogy. Critical pedagogy.

INTRODUÇÃO

O Brasil, país colonizado por meio de exploração desde o século XVI, apresenta uma educação pouco eficiente, com vícios desde tal período, e com poucos avanços que de fato, proporcionem o desenvolvimento nacional com melhor distribuição de renda. Tal contexto é marcado pela exclusão social e segregação. No que se refere à comprovação de tal assertiva, de acordo com o PNUD (2010), 58% dos filhos possuem a mesma renda dos filhos enquanto adultos. Até a década de 1970, a educação era acessível somente as classes mais abastadas, posto que o número de estabelecimentos escolares eram reduzidos, apresentando conseqüentemente menor número de vagas. O acesso ao atual ensino médio, por exemplo, se dava por meio de provas na qual o discente tinha que apresentar um conhecimento adquirido, que não detinha, posto que o então ginásio não era amplamente ofertado. Neste sentido, quem possuía condições financeiras, contratava professores particulares, tendo acesso ao ensino de melhor qualidade. Ao realizar tais “provas”, o discente tinha que tomar decisões sérias para a sua formação. Ou optava pelo ensino técnico, que proporcionava rápido acesso ao mercado de trabalho, ou optava pelo ensino científico, com ingresso posterior a universidade, mais que levaria mais anos de estudo. Quem precisa auferir rendimentos a priori, optava indubitavelmente pelo ensino técnico. Importa ressaltar que a educação desse período tinha como intuito a formação para suprir a oferta de mão de obra, ou seja, priorizava principalmente a questão econômica em detrimento da formação para

cidadania (GONÇALVES e PIMENTA, 1990). Nesse contexto, a pedagogia tradicional se fazia presente, alienando sujeitos, perpetuando a ignorância de um povo que mal tem consciência de seus direitos.

O presente artigo está estruturado em duas seções. A primeira demonstra, criticamente, a pedagogia tradicional e suas implicações quando inseridas no contexto da educação básica. A segunda, por sua vez, apresenta a pedagogia crítica, bem como o respeito ao multiculturalismo como alternativa para melhoria na educação pública. Por fim, as considerações finais, que reconhece os avanços na educação básica brasileira, embora maiores avanços ainda dependam de vontade política e melhor uso das verbas destinadas a educação, além da melhoria da questão sócio-estrutural do país, posto que a relação pais – escola é abalada frente a falta de tempo dos pais inseridos no mercado de trabalho, o que acaba atenuando o fracasso escolar dos filhos..

1. A PEDAGOGIA TRADICIONAL: A EDUCAÇÃO, OS CONTEXTOS, OS CONCEITOS E A CULTURA SÃO HOMOGÊNEOS

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), aborde a pluralidade de concepções pedagógicas no ensino, predomina até a atualidade, a pedagogia tradicional, a qual pode ser definida como um ensino humanístico, na qual a cultura é generalizada, sendo o docente mero reprodutor de conhecimento e o discente mero receptor (LUCKESI, 1994). Pode-se dizer que ainda apresenta dominante até pela própria forma da sala de aula, parece uma caixa, uma linha de produção. Os recursos didáticos também auxiliam neste contexto. Os livros didáticos de História, por exemplo, apontam o Brasil, numa perspectiva eurocêntrica, “descoberto” em 1500, pouco divulgando os povos indígenas que antes habitavam o território, seu modo de vida, culturas, praticamente dizimadas com a chegada do colonizador, embora que, na atualidade, a demonstração da contribuição indígena na formação cultural do povo brasileiro, seja garantida por meio da Lei (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, tais materiais didáticos não levam a refletir, quão seria diferente nossa vida se não tivesse sido o processo de colonização deste modo.

Os de geografia, por sua vez, apresentam conteúdos meramente físicos, paisagens que nunca serão contemplados pessoalmente pelos docentes, tampouco pelos discentes tais como a tundra, por exemplo. Não levam a reflexão do espaço enquanto produzido socialmente. Deste modo, a cultura é única, o mundo é único. Sendo assim, ainda que os professores atualmente possuam formação superior, fato que representa avanços, posto que outrora a maior parte só percebia formação no nível médio – o magistério -, estes se deparam com tais impeditivos supracitados, para a prática de uma pedagogia crítica, dada a ausência de uma melhor estrutura, posto que as escolas apresentam salas superlotadas, ausência de recursos didáticos adequados ou até mesmo pela falta de motivação por conta dos baixos rendimentos, posto que é corriqueiro um professor trabalhar até três turnos, dispondo de pouco ou nenhum tempo para o planejamento adequado de suas aulas. Desta forma, uma melhor gestão dos recursos do Fundeb - que atualmente está orçado no custo mínimo de R\$ 1415,97 por aluno e incrementa-se anualmente, ao mesmo tempo que passou a abranger não somente o ensino fundamental, como toda a educação básica - bem como dos demais recursos para a educação previstos na Constituição Brasileira, se faz mister para o alcance de uma pedagogia crítica, posto que a pedagogia tradicional não motiva o discente para o aprender a aprender, tampouco valoriza o professor enquanto formador de cidadãos críticos.

2. A PEDAGOGIA CRÍTICA E O MULTICULTURALISMO: UTOPIA OU AUSÊNCIA DE VONTADE POLÍTICA?

Conforme supracitado, embora o docente conheça os procedimentos e vantagens acerca da pedagogia crítica sua prática de fato, apresenta impeditivos. Sua inserção enquanto política pública educacional requereria uma mudança estrutural em torno deste sistema. Tal mudança formaria cidadãos críticos e participativos no processo histórico da sociedade, conforme assinala Freire (1986, p. 19):

Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora do homem-realidade. Esta relação homem-realidade, homem-mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão.

Dessa forma a perspectiva da pedagogia crítica respeita o cidadão em seu contexto, conhecedor de seu cotidiano e realidade, bem como respeita as diversas expressões culturais existentes no Brasil, e de fato, levaria a uma transformação positiva para a sociedade, que reivindicaria maciçamente seus direitos enquanto cidadão, a começar pelo bom uso do voto.

Nesse sentido, o multiculturalismo em seu âmbito crítico, que não nega as desigualdades sociais, mas as utiliza de modo reflexivo, ou seja, seu contexto social e histórico (MIRANDA e OLIVEIRA, 2004), aliado à pedagogia crítica, apresentam-se como alternativa para o melhor desenvolvimento discente, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 58: “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”. Justifica-se tais alternativas pela formação crítica do discente que poderia promover mudanças nas próximas gerações, formando o cidadão enquanto ser histórico, atuante nas reivindicações de melhoria da sociedade.

Tais medidas fazem-se mister em um país com dimensões continentais como o Brasil, que apresenta elevada diversidade cultural dos povos que nele habitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a educação brasileira tenha apresentado avanços nos últimos anos, tais como a formação superior dos docentes, universalização do ensino fundamental, dentre outras, faz-se mister uma mudança estrutural que proporcione a prática da pedagogia crítica por parte dos discentes. Estes, por sua vez, saem da academia cheios de esperanças, sonhos e vontades, contudo

deparam-se com uma realidade completamente diferente da qual esperavam: alunos pouco motivados, apresentando indisciplina, bem como a falta de recursos didáticos adequados, tais como o livro didático que apresenta conteúdos alheios ao cotidiano do alunado. A falta de participação dos pais no processo educacional do filho, que na maioria das vezes possuem pouca disponibilidade de tempo frente às exigências do capitalismo, contribuem com tal conjuntura descrita. Neste sentido, sem contar com a disciplina do aluno, participação dos pais, sala de aula com número adequado de alunos, acabam tendo de usar do autoritarismo para a condução de suas aulas. Dessa forma, acabam “se entregando” a prática da pedagogia tradicional, que ainda predomina na educação brasileira.

A mudança estrutural requer, sobretudo, vontade política. Contudo, como formar um cidadão crítico se na realidade os administradores públicos se utilizam da ignorância do povo para usurparem seus direitos e recursos? Dessa forma, a mudança estrutural acaba sendo na realidade, mera utopia. A formação intelectual, o nível superior, abrange somente 3% da sociedade brasileira, conforme o IBGE (2000). Esta parcela da população somente, não é capaz de promover reivindicações que, de fato, transformem a realidade brasileira, até porque sua educação básica, foi estritamente por meio da pedagogia tradicional.

Por fim, advoga-se que tal mudança estrutural por si só, não é capaz de alavancar a educação brasileira. Frente a falta de estrutura da família brasileira, uma melhor distribuição de renda, bem como uma redução na jornada de trabalho que proporcione mais tempo com a família também faz se mister para a melhoria, de fato, da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei n. 10.172/2001 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

_____. Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Portaria Interministerial N 1.227, de 28 de Dezembro de 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GONÇALVES, C. L.; PIMENTA, S.G. **Revendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1990.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MIRANDA, Claudia; OLIVEIRA, Ozerina Victor. Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sara. *Revista Brasileira de Educação*, Jan-Abr, n. 025, São Paulo, Brasil, p. 67-81. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/275/27502507.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010: Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad**. 1. ed. – San José, C.R.: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2010. 208 p.



Sites consultados:

< www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de jun. 2009.

Recebido em 03/2/2009. Aceito em 7/7/2009.

Recebido em 3/3/2009. Aceito em 30/6/2009.